



PETRÓLEO: quem desdenha quer comprar



Está muito longe o dia em que o petróleo deixará de ser mercadoria de grande valor estratégico. Não é à toa que o “ouro negro” continua a fomentar guerras mundo afora, seja pelo acesso a este recurso natural ou como lastro de “petrodólares” que garantem a hegemonia financeira dos Estados Unidos. O petróleo é

também alternativa de países emergentes, como o Brasil da Petrobrás e do pré-sal, para financiar seus programas de desenvolvimento.

Esta é a conclusão do seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás – Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o planejamento estratégico e

de negócios da Petrobrás”, uma realização conjunta da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e do Programa de Pós-graduação em Economia Internacional da UFRJ, com o apoio do Clube de Engenharia e da Revista Carta Capital que reuniu mais de 500 pessoas durante o mês de setembro no Rio. **Página 2**

Preocupação com o futuro motiva candidaturas na Petros

Fundo de Pensão da Petrobrás precisa corrigir investimentos para reverter déficits. Candidatos querem garantir que diretoria também seja eleita pelos participantes e cobram dívidas da patrocinadora para evitar que a conta seja paga pelos petroleiros. Eleições para o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal ocorrem entre os dias 14 e 28 de outubro.

A diretoria da AEPET aprovou apoio aos candidatos Fernando Siqueira (titular) e Paulo Teixeira Brandão (suplente) chapa 82, às candidaturas das chapas 73 de Arthur Ferrari (titular) e Edson Almeida (suplente) e 75, de Agnelson Camilo (titular) e Vinícius Camargo (suplente). **Página 6**

O cerco dos excluídos

Por José Augusto
Ribeiro

Página 8

Editorial

Esta edição do Aepet Notícias registra o importante legado deixado pelo Seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás – Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o planejamento estratégico e de negócios da Petrobrás”, realizado em quatro encontros no Clube de Engenharia: a constatação por estudiosos do mais alto gabarito de que o petróleo está muito longe de deixar de ser uma mercadoria estratégica, de enorme importância geopolítica, com desdobramentos na esfera financeira, mais precisamente na manutenção do dólar como moeda referência para as trocas internacionais.

Se isto, por um lado, interessa às superpotências, restringe as possibilidades de desenvolvimento e emancipação das nações emergentes. Daí a importância estratégica, para o Brasil, do pré-sal e da Petrobrás, hoje ameaçados pelas mesmas forças retrógradas e entreguistas que hipocritamente se auto-definem como “modernas”.

Também nesta edição, procuramos trazer luz ao debate sucessório na Petros, que entre 18 e 24 de outubro escolhe novos membros para o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Até dezembro de 2014, o fundo de pensão da Petrobrás registrava um déficit de R\$ 6,2 bilhões e os investimentos até agora não garantem a cobertura desse valor, acendendo a luz amarela para a possibilidade de um equacionamento forçado desta situação, porque a Petrobrás não é cobrada e nem paga suas dívidas.



Petróleo continua estratégico e explica cobiça sobre o pré-sal

Por Alex Prado, José Luiz Sombra e Rogério Lessa

O petróleo é uma mercadoria especial e ainda deverá permanecer estratégica por muito tempo. Não é por acaso que continua sendo o pivô de muitas guerras mundo afora, foco de corrupção e ações das grandes potências consumidoras no sentido de interferir, pela via diplomática ou pela força, na política dos países produtores. Se havia dúvidas quanto à sua importância para a geração de energia, manutenção da hegemonia do dólar e, se bem aproveitado, desenvolvimento dos países exportadores, elas foram sanadas no seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás – Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o planejamento estratégico e de negócios da Petrobrás”. As quatro palestras do evento - uma realização conjunta da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e do Programa de Pós-graduação em Economia Internacional da UFRJ, com o apoio do Clube de Engenharia e da Revista Carta Capital - reuniram mais de 500 pessoas durante o mês de setembro e estão disponibilizadas, na íntegra, no site da AEPET (www.aepet.org.br). Felipe Coutinho, presidente da AEPET, e os professores Maurício Metri, Raphael Padula, da UFRJ, além de Williams Gonçalves, da UFF e UERJ, foram os outros palestrantes.

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O mundo vive hoje ameaças que podem se tornar grandes oportunidades para o Brasil, se o país tiver efetivamente uma estratégia clara, objetiva, e puder contar com um mundo multipolar, em vez de bipolar. O Brasil e sua maior empresa, a Petrobrás, poderão assumir novo papel ou ficar a reboque, preso a discussões menores como as questões fiscais ou um modelo econômico bipolar desenvolvimentista versus neoliberalismo.

Os Estados Unidos continuam sendo protagonistas dessa nova ordem mundial, mas a Eurásia, uma articulação entre a Rússia e a China, além do Brics - grupo dos maiores países emergentes, que se avançar em direção a uma aliança militar, muda radicalmente esse quadro. Sem falar no papel futuro do Irã nesse contexto.

Só que todas essas questões implicam acelerar o colapso do sistema do petrodólar, que propiciou o fim da extinta União Soviética. A ex-URSS viu seu PIB derreter gradativamente com as manobras em torno do preço do petróleo e gás, impossibilitando-a de manter a corrida armamentista com os Estados Unidos e enfraquecendo sua economia.

O petrodólar continua sendo a referência para as transações internacionais e para qualquer projeto de país-potência. Quem emite esse papel e controla seu fluxo já sai com vantagem nesse processo de hegemonia fi-

nanceira. Isso explica em parte as negociações do Irã e de Cuba com os EUA, a situação na Ucrânia e a maneira de transportar o petróleo e o gás pelo mundo.

O Brasil lamentavelmente vive uma situação inercial. A tentativa de “implodir” o país começou com o destaque dado à questão da corrupção, aliado às crises econômica e política. Como não estamos nos anos 60, o que alguns setores buscam agora é uma solução “jurídica”, a la Paraguai, seguida de uma política de alinhamento ao modelo liberal, com a privatização das empresas estatais, conforme vem falando insistentemente a grande imprensa através de seus editoriais.

Na fila, em primeiro lugar a Petrobrás, empresa que incomoda por sua produção, eficiência e inovação tecnológica, além das enormes reservas descobertas no pré-sal.

O quadro está claro. O Brasil está dentro da área estratégica dos EUA, tem a Amazônia e 95% de suas reservas de óleo e gás *off-shore*, além de 90% de seu comércio ser feito pelo mar. A estratégia a ser traçada pelo Brasil passa necessariamente pela América do Sul, pelo Atlântico Sul e pelo ocidente da África, definindo melhor o Brics e seu papel, além de reforçar o Mercosul e a Unasul. Não se pode falar hoje em estratégia para o país sem passar pela Petrobrás, a única em condições de promover a retomada do nosso crescimento e o projeto de um país-potência soberano.

Expediente



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409
Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP: 20020-100
Tel.: 21 2277-3750
Fax 21 2533-2134

Presidente

Felipe Campos Cauby Coutinho

Vice-Presidente

Fernando Leite Siqueira

Diretor Administrativo

Francisco Isnard Barrocas

Vice-Diretor Administrativo

Christian Alejandro Queipo

Diretor Comunicações

Ronaldo Tedesco Vilardo

Vice-Diretor Comunicações

Herbert Campos Gonçalves Teixeira

Diretor de Pessoal

Arthur Flavio Jansen Ferrari

Vice-Diretor de Pessoal

Silvio Sinedino Pinheiro

Diretor Cultural

Henrique Sotoma

Vice-Diretor Cultural

Estellito Rangel Junior

Diretor Jurídico

George Torres Barbosa

Vice-Diretor Jurídico

Paulo Teixeira Brandão

Conselho Fiscal - Titular

Ricardo Moura de A. Maranhão, Diomedes Cesário da Silva, Francisco Soriano de Souza Nunes

Conselho Fiscal - Suplente

Pedro Francisco de A. Castilho, Carlos Sezino de Santa Rosa, Raul Tadeu Bergmann

Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus

Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão

Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida

Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro

Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Angra dos Reis: Alexandre Guilherme

Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães

Rio Grande do Sul: James Chang

Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

Redação

Editores:

Alex Prado (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)

Colaborador: José Luiz Sombra

Projeto Gráfico:

Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Amorim

Diagramação: Geraldo Machado

COBERTURA DO SEMINÁRIO

PALESTRA DE FELIPE COUTINHO:

“Petróleo não é uma simples mercadoria”

A alta densidade energética do petróleo, que excede a de todas as outras fontes disponíveis, faz com que ele continue a ser uma mercadoria de enorme valor estratégico. E o pré-sal interessa, sim, ao capital monopolista, controlado pelas oligarquias financeiras, bem como as demais reservas distribuídas desigualmente pelo mundo. A conclusão é da palestra “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás”, do presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (AEPET), Felipe Coutinho, a primeira do Seminário.

Coutinho mostrou o quanto é tênue a linha que separa o valor “real” do barril do petróleo dos interesses daqueles que, em detrimento da renda ou emprego dos trabalhadores e da estabilidade sócio-política dos países periféricos, precisam garantir acesso a recursos naturais estratégicos ao menor preço possível.

“Até aqui as alternativas aos combustíveis fósseis não passaram de modismos e o fraturamento hidráulico para a produção xisto tem evidentes obstáculos econômicos e ambientais, tanto que está proibido no estado de Nova York, nos Estados Unidos, além de vários países europeus”, disse Coutinho. De outra parte, diz ele, novos desenvolvimentos em “áreas de fronteira” são decepcionantes e muito aquém das esperanças levantadas de cinco a dez anos atrás.

Por seu turno, os custos de exploração e produção subiram significativamente neste século e, apesar de os investimentos terem dobrado entre 2000 e 2013, o resultado predominante foi apenas a manutenção da produção em compensação aos campos em declínio. “Esses custos tendem a continuar crescendo”, observou.

“A demanda por combustíveis não cresce nas economias mais maduras, no entanto o consumo de petróleo não cai, pois os países emergen-



tes, principalmente aqueles que compõem o grupo dos BRICS (formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) compensam com seu aumento de consumo de combustíveis fósseis”, ponderou, lembrando que a China tem no carvão a principal matriz energética.

“O petróleo é mercadoria especial, insubstituível, como na produção de alimentos (fertilizantes, mecanização, defensivos agrícolas e transporte). Então, o preço dos alimentos e da energia, entre outros, e a estabilidade política têm relação direta com o valor do petróleo”, prosseguiu o presidente da AEPET. Coutinho observou que os países que já passaram pelo pico da produção de petróleo venham enfrentando problemas políticos, como é o caso do Egito, da Síria, do México, da Indonésia e do Iêmen.

Neste jogo geopolítico, vale notar que após a quebra do padrão ouro, no início da década de 1970, quando os Estados Unidos, unilateralmente, se desobrigaram a manter reservas em ouro para dar lastro à sua moeda, os chamados “petrodólares” se tornaram fundamentais para que o dólar man-



Presidente da AEPET, Felipe Coutinho ao lado do professor Williams Gonçalves (a direita)

tivesse sua hegemonia, garantida por meio de guerras, assassinatos de lideranças políticas e manutenção de monarquias “dóceis” aos norte-americanos nos principais países produtores do Oriente Médio, parte da Opep. “A indexação dólar-petróleo interessa aos Estados Unidos e a manutenção do status do dólar está em contradição com o desenvolvimento dos países emergentes produtores”.

Assim, a Rússia se constitui uma ameaça, por ser a grande produtora de energia. “Se na década de 1980 a corrida armamentista (Guerra nas Estrelas) e a derrubada dos preços do petróleo foram fundamentais para a derrocada da União Soviética, hoje

o alvo primordial é a Rússia e outros produtores importantes, como Irã e Venezuela. A repetição da articulação entre EUA e Arábia Saudita, além da recessão econômica, contribuem para a redução dos preços”.

Hoje, no entanto, Coutinho destaca que o capital monopolista está cada vez mais concentrado no setor financeiro e a especulação com papéis e ganância por dividendos se sobressaem à ideia de crescimento da produção. As fusões e aquisições seriam, para o presidente da AEPET, uma evidência desse movimento concentrador, em detrimento dos países exportadores.

Neste contexto, o cerco ao valor excedente produzido pela Petrobras se tornou invisível apenas para aqueles que dele querem se apropriar. Para o presidente da AEPET, o Brasil precisa conquistar autonomia para usar suas grandes reservas para o desenvolvimento socioeconômico, cadenciando a produção em função deste objetivo, e não produzir aceleradamente, contribuindo para a depreciação dos preços, como demanda o imperialismo.

COBERTURA DO SEMINÁRIO



PALESTRA DE MAURÍCIO METRI:

“Petróleo é pilar de soberania e desenvolvimento”

O petróleo tem papel fundamental na estratégia das superpotências interessadas em segurança energética e acesso às reservas fora de seus territórios, bem como pode ser uma garantia para projetos de desenvolvimento em países produtores e exportadores. Neste caso, a Petrobrás e as reservas descobertas pela empresa podem abrir muitas perspectivas para o Brasil, mas também abrigam desafios para um projeto soberano de desenvolvimento.

Segundo o professor Maurício Metri, economista da UFRJ, além da segurança energética há outras três razões estratégicas pelas quais o uso deste recurso natural ainda permanecerá importante por bastante tempo: influência decisiva na hierarquia monetária internacional, alívio para o estrangulamento externo do balanço de pagamentos (no caso dos exportadores) e instrumento de política externa.

“O petróleo tem papel central nas estratégias das superpotências e o objetivo primordial é mitigar suas vulnerabilidades de abastecimento, algo

decisivo na Segunda Guerra. Tanto que Hitler rompeu o tratado de não agressão que tinha assinado com Stalin e atacou a União Soviética”, disse Metri, no segundo dia do evento.

O professor da UFRJ destacou o papel decisivo do petróleo na manutenção do dólar como moeda de referência para trocas internacionais, com óbvias consequências na política externa das superpotências, que inclui a inserção de suas petroleiras neste cenário, tanto pela via diplomática quanto pelo caminho da guerra. “Como estamos submetidos a um sistema competitivo, a expansão de uns pode significar o estrangulamento de outros. Precisando garantir abastecimento, muitos dos aliados dos EUA saíram da Segunda Guerra endividados em dólar”, comentou.

Numa fase seguinte, aproveitando as tensões entre China e União Soviética, os Estados Unidos abririam seu mercado interno para os chineses e se aproximariam da Arábia Saudita. “A China se tornou o novo grande parceiro estratégico nesta diplo-

macia triangular desenvolvida pelos EUA. Em 1973, antes do choque do petróleo, Kinsinger (Henry Kissinger, secretário de Estado de Richard Nixon) e bancos ingleses e americanos se uniram para exigir que a Arábia Saudita permanecesse comercializando seu petróleo em dólar. Assim, garantiram a cotação do petróleo em dólar e os depósitos dos recursos financeiros continuassem sendo feitos em sistemas que operassem em dólar”, lembrou.

Em seu processo de industrialização, vivido entre os anos 1930 e 1980, o Brasil saiu-se bem, segundo o palestrante, ao enfrentar o problema da dependência de dólares ao usar as exportações de café como meio driblar o estrangulamento externo, enquanto a União Soviética usou o petróleo para o mesmo fim. No entanto, “a pressão competitiva, a elevação das taxas de juros e a derrubada dos preços do petróleo deram à vitória aos EUA na Guerra Fria sem necessidade de confronto armado com os russos, já que geraram incapacidade de importação na URSS”, disse Metri.

PALESTRA DE
RAPHAEL PADULA:**“Geopolítica dos EUA é ameaça ao pré-sal”**

A geopolítica estratégica dos Estados Unidos é ameaça à soberania do Brasil sobre o pré-sal. Esta é a principal conclusão do terceiro palestrante, professor Raphael Padula, da UFRJ. Segundo Padula, a geopolítica dos EUA, no século XXI, tem como foco a garantia de acesso a recursos naturais indispensáveis tanto para eles, como para os aliados.

Entre os 10 maiores importadores de petróleo, apenas China e Índia podem ser considerados fora do controle estratégico dos EUA. Para o professor isto explica a importância da “tutela” que garante aos norte-americanos o apoio dos países aliados na defesa de seus interesses diretamente ligados às questões neoliberais, de garantia de mercados às empresas e serviços dos EUA.

Para confirmar seu raciocínio, Padula relatou as mudanças na política externa dos EUA no século passado, no pós-guerra e depois da dissolução da União Soviética. O fim da guerra fria levou a maior potência do planeta a eleger novas ameaças à paz mundial, da qual se julga o grande defensor, como o narcotráfico e o terrorismo.

Mas os altíssimos níveis de desenvolvimento da China trouxeram um novo ator ao cenário mundial que, associado ao nacionalismo de Vladimir Putin, na potência militar da Rússia, fazem frente ao poder norte-americano. A China já é o segundo maior consumidor de recursos naturais do planeta, e tem poucas reservas. A Rússia, além do arsenal atômico, tem reservas de hidrocarburetos indispensáveis, principalmente à Europa ocidental, grande aliada dos EUA.

Diante deste cenário e coerente com sua geopolítica, os Estados Unidos

reforçam sua política intervencionista de garantir o acesso aos recursos naturais, tendo seus aliados como parceiros, diante da fragilidade deles na obtenção destes recursos.

No final da palestra, o professor Padula trouxe esse cenário para a realidade da América Latina e, principalmente, para o Brasil. Segundo ele, a estratégia dos EUA é a de impedir o surgimento de potências regionais em áreas de abundância de recursos naturais. Geograficamente, o Brasil está estrategicamente localizado, além de possuir um território que representa mais de 50% do subcontinente sul-americano e com reservas

consideráveis das principais commodities minerais.

Assim, o modelo proposto para a nossa região, segundo Padula, insere-se dentro da geopolítica dos EUA como países que devem ter suas Forças Armadas voltadas para o controle de conflitos internos, combate ao narcotráfico e ao terrorismo, mas incapazes de defender suas riquezas naturais. Papel que caberia aos Estados Unidos. Além disto, é necessário impedir o fortalecimento de associações como o Mercosul e a Unasul, contrapondo isto a políticas apenas de livre comércio.

Raphael Padula demonstrou como

o giro na política externa brasileira, a partir de 2003, até então totalmente favorável aos interesses da geopolítica dos EUA, passa a incomodar a grande potência. O Brasil assume seu papel de protagonista em seu entorno estratégico, reforçando o ideal integrador do Mercosul, além de um espaço de livre comércio e expandindo suas ações rumo à África ocidental, vizinha do Atlântico sul.

Com a descoberta do pré-sal, as decisões brasileiras sobre a forma de exploração desta riqueza elevaram as tensões entre diplomáticas entre Brasil e EUA. O emergente protagonismo do primo pobre do sul incomo-

dou. O primo rico tratou de reativar a 4ª Frota Naval, específica para o Atlântico sul; rejeitou a resolução da ONU que garantia o direito brasileiro nas 200 milhas continentais. E espionou, como revelado no caso Wikileaks.

Raphael Padula encerrou sua palestra afirmando que os interesses da geopolítica americana não podem permitir o surgimento de uma potência regional, detentora de recursos minerais estratégicos e, ao mesmo tempo, com uma empresa pública eficiente como operadora única da maior reserva de petróleo descoberta neste século.

PALESTRA DE WILLIAMS GONÇALVES:

“BRICS é ferramenta para Brasil contestar domínio dos EUA”

Uma nova geopolítica internacional, da qual o Brasil quer ser ator relevante, passa necessariamente pela aceitação de que a nova ordem deve prescindir daquela ditada há mais de um século pelos EUA e seus aliados. Essa foi a conclusão da palestra “O Brasil no BRICS”, do professor Williams Gonçalves, que encerrou o seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobras”. Para Gonçalves, o Brasil tem na Petrobras o eixo propulsor do desenvolvimento econômico e deve garantir à companhia as condições de se firmar como uma das grandes, efetivamente, no setor de energia, especialmente por conta do pré-sal.

Gonçalves recordou que um artigo publicado em 2009 pelo economista Tim O’Neill, do Goldman Sachs, consagrou o termo BRICS para designar o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mas lembrou que a primeira atuação conjunta dos países ocorreu em 2006, ainda sem a África do Sul, numa rodada de negociações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Aquele acordo de concertação diplomática evoluiu para a institucionalização, em 2009, quando os chefes de Estado deram início efetivo ao



grupo, já com uma visão institucional de propor uma nova ordem internacional, em contraponto à dominante doutrina dos EUA. A África do Sul integra-se ao grupo em 2010.

Para o professor, a diversidade socioeconômica e política do grupo, apontada como uma de suas fragilidades, na verdade o legitima na busca por mudanças na geopolítica internacional. E apontou similitudes na história dessas nações, que permitiram a

aliança. A começar pela Rússia, como a primeira a romper com os dogmas do capitalismo, na Revolução de 1917. Depois a China, ao se ver livre das ocupações inglesas e japonesas e, desde 1949, colocar-se ao lado dos países do chamado terceiro mundo. A Índia, pós-colonização, também na década de 1940 lidera o conceito de países não-alinhados. A África do Sul depois das colonizações inglesa e holandesa, ainda enfrentou o Apar-

theid até a década de 1990.

Quanto ao Brasil, segundo professor, a história de país colonizado e a diplomacia implementada no pós Segunda Guerra também caminharam nessa direção, inclusive durante os anos da ditadura militar. Entretanto, a força da doutrina dos EUA é bastante arraigada nas elites brasileiras, colocando freios e, muitas vezes, impedindo o avanço do Brasil como uma potência regional.

Williams Gonçalves aponta essa tendência das elites brasileiras pró EUA como responsável pelas idas e vindas da atuação do Brasil no cenário internacional. Para ele, a existência do BRICS é quase ignorada pela maioria da população. E grande parte deste desconhecimento é responsabilidade da grande mídia hegemônica, que trata o grupo com superficialidade, diante da sua real importância.

Gonçalves encerrou sua palestra afirmando que a soberania do Brasil torna-se mais clara com a existência do pré-sal. Dominar a tecnologia de exploração e manter a defesa dos campos são tarefas da Petrobras e do Estado brasileiro. E a escolha de aliados nestas duras frentes pode mudar o resultado do futuro do país, para o bem ou para o mal.

Tirem as mãos da Petros!



Por Rogério Lessa

Entre os dias 14 e 28 de outubro, haverá eleição para os conselhos Fiscal e Deliberativo da Petros. Neste momento, é grande a preocupação dos candidatos não alinhados ao governo com a situação do fundo de pensão da Petrobrás, que está na lista da CPI em curso na Câmara dos Deputados, em Brasília. O déficit da Petros atingiu R\$ 6,2 bilhões em 2014. Há 12 anos o Conselho Fiscal não indica a aprovação das contas da Petros, sendo que nos dois últimos anos este posicionamento de reprovação foi unânime.

Para lutar contra o repasse da conta aos participantes e corrigir o rumo dos investimentos na Petros, entre outras bandeiras, a diretoria da AEPET aprovou apoio aos candidatos Fernando Siqueira (titular) e Paulo Teixeira Brandão (suplente), chapa 82, para o Conselho Fiscal.

Para o Conselho Deliberativo, o apoio vai para as candidaturas das chapas 73, de Arthur Ferrari (titular) e Edson Almeida (suplente); e 75 de Agnelson Camilo (titular) e Vinícius Camargo (suplente) – importante lembrar que só é possível votar numa chapa do Conselho Fiscal (82) e uma chapa do Conselho Deliberativo (73 ou 75).

“Ainda para o Conselho Deliberativo, o atual presidente do Conselho Fiscal, Epaminondas de Souza Mendes, é candidato único à vaga reservada aos aposentados (assistidos) e não tem adversários. Com somente um voto ele se elege.”

CONSELHO FISCAL

Uma vez eleito como representante dos petroleiros no



Fernando Siqueira

Conselho Fiscal da Petros, derrotando o candidato “chapa branca”, Fernando Siqueira pretende cobrar as dívidas da Petrobrás com a Petros, “que a FUP e a própria Petros se recusam a fazer”.

Siqueira quer manter o espírito dos representantes eleitos, que há alguns anos vêm garantindo o aprimoramento da governança na instituição, daí as seguidas reprovações das contas. “Queremos manter a equipe que, inclusive, impediu que esta governança fosse prejudicada no auge do autoritarismo da direção da Petros”, afirma, acrescentando que no período em que fazia parte do Conselho Deliberativo o patrimônio da Petros era de R\$ 15 bilhões, enquanto hoje já supera os R\$ 70 bilhões. “Isso garante o pagamento de benefícios pelo menos nos próximos 30 anos, mesmo na atual condição do país”, contabiliza.

Siqueira pretende também continuar a luta para que o

Plano Petros 2 seja incorporado ao Petros BD (benefício definido), “não apenas porque os participantes têm esse direito, mas também porque o Plano BD é bom para a Petrobrás, já que ajuda na retenção de técnicos; é bom para a Petros, e é muito bom para os participantes”, resumiu.

O suplente de Siqueira na eleição para o Conselho Fiscal, Paulo Teixeira Brandão, planeja colocar sua experiência à disposição das novas gerações para formação de quadros já para as próximas eleições. “O objetivo principal é, com nossa experiência e liderança no sistema, já comprovada em outras eleições, evitar que a vaga no Conselho Fiscal seja preenchida pela FUP, que tem tido uma participação muito governista, ou seja, apoiado totalmente as diretrizes da patrocinadora e dos conselheiros nomeados”, frisa.

Siqueira e Brandão observam que, caso a FUP conquise

te o Conselho Fiscal, os participantes ficarão com apenas um contra três conselheiros favoráveis à patrocinadora em detrimento dos seus direitos. “Não basta a defesa da Petros. Há necessidade de manter no Conselho uma luta em defesa da própria Petrobras, que, caso seja privatizada deixará Petros como próximo alvo. Certamente a privatização levará à retirada de patrocínio”, resume.

Segundo Brandão, nos últimos anos, particularmente entre 2007 e 2012, os investimentos apresentaram superávit. Já em 2013, houve influência macroeconômica, devido à queda de dinamismo na economia. “A desvalorização de ativos foi uma das causas do déficit. Em 2014, acrescentou-se os efeitos atuariais da decisão de acordo coletivo para corrigir benefícios de participantes com relação a acordos anteriores, entre 2004

e 2006. Este impacto atuarial deveria ter sido colocado na conta a patrocinadora, como manda o Regulamento do Plano. Mas fomos voto vencido e o custo foi passado aos participantes, causando o déficit de R\$ 6 bilhões”, advoga, ratificando que se as dívidas da patrocinadora forem quitadas ou houver compromisso formal de pagamento o déficit desaparece.

O candidato apoiado pela AEPET esclarece ainda que o fundo de pensão dos Correios, o Postalís, que apresentava déficit de 100% em relação ao patrimônio, fez ajuste de conduta e os participantes não tiveram que arcar com nenhum aumento de contribuição. “Nossa candidatura mantém a posição de que não há obrigação dos participantes custearem um problema conjuntural. Há comprovação por peritos judiciais de dívidas da



Paulo Brandão

patrocinadora que poderão corrigir esse desequilíbrio se forem cobradas pela diretoria da Petros”, finaliza.

CONSELHO DELIBERATIVO

Arthur Ferrari, que encabeça a chapa 73 nas eleições para o Conselho Deliberativo, e tem Edson Almeida como suplente, também declara que a razão de sua candidatura é a preocupação com a previdência complementar dos petroleiros, “tendo em vista o contexto político e econômico” dos últimos anos. “As denúncias de manipulações dos investimentos oriundos das contribuições de todos os petroleiros são extremamente graves. Além disso, me sinto pertencente à causa da Petros, pois estou há 32 anos na Petrobrás, na reta final para a aposentadoria”, arremata.

Ferrari alerta que, se confirmado, o terceiro déficit seguido nas contas da Petros, a legislação obrigará a uma discussão de uma nova repactuação de contribuições entre patrocinadora e patrocinados. “Cobrarei da Petrobrás e da própria Petros explicações formais, na Justiça, face não virem atuando efetivamente nesses 12 anos de não aprovação das contas pelo Conselho Fiscal”.

O candidato da chapa 73, que tem Edson Almeida como suplente e é apoiada pela AEPET, afirma ser “totalmente favorável às eleições para a diretoria executiva, tendo em vista que outros fundos de pensão, como a Previ, já procedem assim. “Perguntaremos ao presidente da Petrobrás, que já presidiu o Banco do Brasil, porque não determinar o mesmo procedimento de eleição direta para os diretores executivos da Petros”, frisa, prometendo também trabalhar por uma auditoria nas dívidas da Petrobrás com a Petros, para saber por que não estão sendo cobradas. “Há determinações já deliberadas pelos conselheiros

representantes eleitos para o pagamento dessa dívida, que está sendo cobrada mas ainda não foi paga”.

Com relação aos planos Petros BD e Petros 2, Ferrari propõe uma “luta sem tréguas” pelo retorno de todos os assistidos ao Petros BD, bem como continuar atuando em prol da lisura e transparência nos dois planos.

Seu suplente, Edson Almeida, afirma a disposição de lutar pelo cumprimento dos direitos dos MB’S previstos nos contratos assinados, regulamentos e estatuto da PETROS. Almeida defende o princípio do mutualismo e repudia qualquer tipo de ação como a repactuação, AOR, PCAC-2007, RMNR, níveis 2004/5/6 e a separação de massas, “infelizmente propostas implementadas com anuência do movimento sindical em desfavor dos MB’S, que acabaram dividindo os mantenedores-beneficiários e desiguando os nossos direitos e benefícios”.

Almeida enfatiza a necessidade de uma gestão paritária em todas as instâncias da PETROS e sem a existência do voto de qualidade ou de minerva. “Os mantenedores beneficiários têm que ter uma cultura previdenciária mais ativa, se interessar mais pela PETROS e criar mecanismos de fiscalização e controle da gestão não só das aplicações financeiras, mas que vise, sobretudo, impedir o aparelhamento partidário e as indicações políticas para quaisquer cargos dentro da PETROS, a gestora do futuro da família petroleira”, advoga.

Por sua vez, Vinicius Camargo, suplente na Chapa 75, encabeçada por Agnelson Camilo, ingressou nos quadros da Petrobrás em 2002 e não teve sequer a oportunidade de ingressar no Plano BD. “Os trabalhadores mais novos já começaram perdendo, pois o



Arthur Ferrari



Agnelson Camilo

plano anterior (BD) tinha patamar superior. É importante fiscalizar agora para vermos depois como equacionar essas questões”, defende.

Com relação aos déficits de caixa, questão que ele considera fundamental, Camargo concorda que há responsabilidade da patrocinadora, que segundo ele “está devendo” aos trabalhadores. “A Petrobrás não fez aportes previstos por lei, hoje num montante maior do que R\$ 10 Bilhões. Portanto, o déficit é de responsabilidade dela. Os conselheiros fiscais têm apontado também problemas na gestão financeira, cuja responsabilidade passa também pela Petros e pela patrocinadora. “O benefício definido tem garantia jurídica com a qual as patrocinadoras não estão querendo arcar”.

Para o candidato, a eleição da diretoria executiva pelos trabalhadores é fundamental, não apenas para garantir fiscalização e transparência, mas para separar adequadamente os interesses do governo e dos gestores das estatais. “Temos

que ter representantes que não se confundam com os governo, mas sim defendam os interesses dos trabalhadores”, finaliza.

Já Agnelson Camilo, cabeça da chapa 75 ao Conselho Deliberativo, afirma: “Temos respeito por todas as candidaturas, mas entendemos que é hora de união para derrotar as chapas governistas. Por isso, queremos o voto de participantes e assistidos nas Chapas 75, para o Conselho Deliberativo e 82, para o Conselho Fiscal, que são as únicas que poderão derrotar a federação governista.”

Ainda para o Conselho Deliberativo, o atual presidente do Conselho Fiscal, Epaminondas de Souza Mendes, é candidato único à vaga reservada aos aposentados (assistidos) e não tem adversários. Com somente um voto se elege. Ele pondera que o déficit em 2015 já supera o verificado no ano passado e concorda que a conta não deve recair sobre os participantes. “A crise continua e neste momento o retorno dos investimentos não é

suficiente para reverter o quadro. Muito pelo contrário, pois a Petrobrás não está arcando sequer com as contribuições previstas em lei. Esperamos que Petros possa acertar em seus investimentos, evitando a necessidade de um equacionamento futuro”, diz, lembrando que, legalmente, o equacionamento é automático quando se completam três anos seguidos de déficit ou este atinge mais de 10% do patrimônio.

Outro ponto de convergência entre as candidaturas é a eleição da diretoria executiva pelos trabalhadores. “Defendemos plenamente a aplicação do estatuto da Petros para que haja paridade de toda gestão, incluindo a eleição de diretores, como determinam as leis complementares 108/2001 e 109/2001, pendentes apenas de aprovação na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). A Previ, e a Funcef já adotam esse procedimento. Não se sabe por que a resistência na Petros”, crítica Mendes. ©

O cerco dos excluídos

José Augusto Ribeiro



Foi preciso a foto do menino morto naquela praia da Turquia aparecer em todas as TVs, jornais, revistas e redes sociais do mundo para governos como o da Alemanha assumirem sua responsabilidade, tanto moral quanto política, na questão dos refugiados. Ainda bem que era um menino branco, de classe média, vestido à europeia e calçado de tênis possivelmente de *griffe*, porque fotos igualmente dramáticas, mas de crianças negras, reduzidas a pele e osso como os sobreviventes dos campos de concentração nazistas, crianças mortas de fome, produto da miséria e não da guerra civil, jamais causaram o mesmo impacto.

Nem a guerra civil que já dura quatro anos na Síria, nem a miséria de povos africanos são fatos em relação aos quais a Europa e países do mundo neoeuropeu como os Estados Unidos possam considerar-se inocentes. Também não podem alegar que ignoravam os fatos.

Em 1976, há quase quarenta anos, estive na Alemanha, integrando um grupo de jornalistas brasileiros convidados a acompanhar as eleições daquele ano no país, e tivemos em Stuttgart, uma das cidades que visitamos, um encontro com o prefeito Manfred Rommel, filho do famoso General Rommel, da Segunda Guerra Mundial. Manfred era democrata-cristão, um partido nada de esquerda nem muito reformista, e nos surpreendeu ao levantar um problema do qual ninguém ainda suspeitava.

Nos últimos anos, disse ele, a Alemanha atraiu muitos imigrantes de países como a Turquia, porque precisava importar mão de obra para empregos que os alemães já recusavam, ou porque mal pagos ou porque os consideravam desagradáveis - garis,



faxineiros, serventes, pedreiros, empregados domésticos. Esses imigrantes estavam na Alemanha já por muito tempo, trabalhavam, pagavam impostos, criavam filhos nascidos ali - e praticamente não tinham direito nenhum de representação, não tinham como fazer ouvir seu ponto de vista nem como defender-se ou protestar coletivamente. Manfred propôs então ao Conselho Municipal que se concedesse o direito de voto a esses imigrantes nas eleições locais. Assim eles poderiam ter ao menos um vereador que os representasse. A proposta foi recusada e Manfred, em 1976, estava muito preocupado com o futuro. Com o tempo, pensava, isso vai se transformar num grande problema.

Nem ele, porém, podia imaginar que o problema viesse a ser a tragédia de nossos dias. Perdemos a conta de quantos naufrágios já aconteceram, de quantos fugitivos morreram em embarcações ou caminhões, de quantos chegam vivos sem saber o que lhes acontecerá. A foto do menino morto na praia forçou a Alemanha a desendurecer um pouco sua posição e a Alemanha é o país mais poderoso, economicamente, e portanto o mais influente, politicamente, da Europa Ocidental. Com isso, outros países começam a aceitar quotas ligeiramente maiores de imigrantes, embora a Hungria, governada por um primeiro ministro inegavelmente

racista e ultrarreligioso, não queira saber de refugiados islâmicos.

A nova atitude da Europa pode aliviar um pouco o problema, mas não tem condições de resolvê-lo. O fenômeno da imigração em massa recrudescer nos últimos anos ou nas últimas décadas em virtude de um aumento brutal na desigualdade econômica entre pessoas e países. Não é só a Europa que se vê acossada por ondas de imigrantes e reage a isso com propostas políticas cada vez mais intolerantes. Os Estados Unidos também atraem milhões de latino-americanos e são obrigados a discutir medidas como a construção de um muro na fronteira com o México e observar restrições rigorosas até na entrada de turistas, para evitar que estes acabem ficando por lá. Ainda agora o noticiário registra que muitas brasileiras grávidas planejam ou conseguem dar à luz em alguma cidade dos Estados Unidos, para que o filho nasça com a nacionalidade norte-americana.

Em certo sentido, isso parece ser o início do cerco dos excluídos às regiões mais ricas do planeta, às fortalezas supostamente inexpugnáveis do

dinheiro e da concentração da riqueza. Em escala metafórica, poderíamos lembrar as vozes timoratas que, aqui mesmo, no Rio, profetizavam sombriamente: “No dia em que a Rocinha descer...”

No dia em que o povão das favelas (perdão, comunidades) saísse da inércia, descesse a encosta e cercasse os bairros ricos, nesse dia a cidade dividida começaria a pagar por seus pecados. No Brasil ficamos só na profecia, mas na Venezuela, na passagem do século passado para o atual, um golpe contra o Presidente Hugo Chavez, que já estava preso numa ilha, foi frustrado quando se percebeu que em Caracas a Rocinha de lá ameaçava descer ou começava a fazê-lo.

No caso dos refugiados que chegam ou tentam chegar à Europa rica, a solução só estará à vista no dia em que ninguém mais precisar fugir, ou da fome ou da guerra, e em que todos tenham condições de permanecer e viver em sua terra. Mas as circunstâncias do mundo de hoje, ainda mergulhado no arrastão neoliberal, tornam esse dia tão distante que ainda nem imaginamos como ele amanececerá. ☺

rádio online

PROGRAMA FAIXA LIVRE

Opinião
Independente

Apresentador:
Paulo Passarinho

Produção e Jornalista Responsável:
Celeste Cintra - MTB12323

Assistente de Produção:
Sandra Piori

OUÇA AO VIVO

Rádio Livre

1.440 khz AM

Segunda à Sexta de 9h às 10h27

PATROCÍNIO:

Particpe:
Telefone da Rádio - (21) 2233-8822
E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br
www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts